

Resumo executivo

# Balanço Preliminar das Economias

da América Latina  
e do Caribe **2024**



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

# Thank you for your interest in this ECLAC publication



UNITED NATIONS



Please register if you would like to receive information on our editorial products and activities. When you register, you may specify your particular areas of interest and you will gain access to our products in other formats.

[Register](#)

---

Click on the link below for our social networks and other channels for accessing our publications:

 <https://bit.ly/m/CEPAL>



# Balanço Preliminar das Economias

da América Latina  
e do Caribe **2024**



NAÇÕES UNIDAS

CEPAL

## José Manuel Salazar-Xirinachs

Secretário Executivo

## Javier Medina Vásquez

Secretário Executivo Adjunto a. i.

## Daniel Titelman

Diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico

## Sally Shaw

Diretora da Divisão de Documentos e Publicações

O *Balanzo Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe* é um documento anual da Divisão de Desenvolvimento Econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). A elaboração desta edição 2024 foi chefiada por Daniel Titelman, Diretor da Divisão, e a coordenação geral esteve a cargo de Ramón Pineda Salazar, Oficial Superior de Assuntos Econômicos da mesma Divisão.

Para a elaboração deste documento, a Divisão de Desenvolvimento Econômico contou com a colaboração da Divisão de Estatísticas, Divisão de Comércio Internacional e Integração, sedes sub-regionais da CEPAL na cidade do México e para o Caribe em Port of Spain e escritórios nacionais da Comissão na Argentina, Bogotá, Brasília, Montevidéu e Washington, D.C.

O relatório foi elaborado com insumos preparados pelos seguintes especialistas: Esteban Pérez Caldentey (tendências da economia mundial), Esteban Pérez Caldentey (liquidez global), Christine Carton, Pablo Carvallo, Jeanelle Clarke e Albert Bredt (setor externo), Claudio Aravena (atividade econômica), Ramón Pineda Salazar, Claudio Aravena, Sonia Albornoz e Tomás Gálvez (emprego e salários), Ramón Pineda Salazar, Temitope Farotimi e Tomás Gálvez (preços), Noel Pérez Benítez, Dalmiro Morán, Michael Hanni, Patricia Weng, Ivonne González e Elisa Araneda (política fiscal), Francisco Villarreal e Alejandra Acevedo (política monetária, cambial e prudencial), Christine Carton, Pablo Carvallo e Albert Bredt (projeções econômicas), com a colaboração das sedes sub-regionais e escritórios nacionais. Tomás Gálvez e Sonia Albornoz coordenaram a elaboração do anexo estatístico em colaboração com Alejandra Acevedo, Claudio Aravena, Pablo Carvallo, Ivonne González e Michael Hanni.

As notas sobre os países foram elaboradas pelos seguintes especialistas: Alejandra Acevedo, Sonia Albornoz, Claudio Aravena, Luciano Buet, Christine Carton, Pablo Carvallo, Martín Cherkasky, Georgina Cipoletta, Jeanelle Clarke, Lola Fainsod, Temitope Farotimi, Tomás Gálvez, A. Randolph Gilbert, Enrique González, Michael Hanni, Michael Hendrickson, José Manuel Iraheta, Christa Joy Julien, Álvaro Lalanne, Jesús López, Ana Luiza Matos de Oliveira, Sheldon Mclean, Roberto Orozco, Claudia Ospina, Ramón Padilla, Angela Penagos, Francis Peñaloza, Noel Pérez Benítez, Esteban Pérez Caldentey, Ramón Pineda Salazar, Juan Carlos Rivas, Indira Romero, Jesús Santamaría, María Lucía Scuro, Dejeanne Marie Catherine Serville, Francisco Villarreal, Patricia Weng e Romain Zivy.

As Nações Unidas e os países que representam não são responsáveis pelo conteúdo de links a sites externos incluídos nesta publicação.

---

Publicação das Nações Unidas

LC/PUB.2024/28 • Distribuição: G • Copyright © Nações Unidas, 2025 • Todos os direitos reservados  
Impresso nas Nações Unidas, Santiago • S.2401165[pt]

---

### Notas explicativas:

Os três pontos indicam que os dados faltam, não constam separadamente ou não estão disponíveis.

O travessão indica que a quantidade é nula ou desprezível.

A vírgula é usada para separar os decimais.

A palavra "dólares" se refere a dólares dos Estados Unidos, salvo indicação em contrário.

A barra entre cifras que expressam anos (por exemplo, 2023/2024) indica que a informação corresponde a um período de 12 meses que não coincide necessariamente com o ano civil.

Devido a que às vezes se arredondam as cifras, os dados e as porcentagens apresentados nos elementos gráficos nem sempre somam o total correspondente.

Esta publicação deve ser citada como: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *Balanzo Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe, 2024. Resumo Executivo* (LC/PUB.2024/28), Santiago, 2025.

A autorização para reproduzir total ou parcialmente esta obra deve ser solicitada à Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Divisão de Documentos e Publicações: publicaciones.cepal@un.org. Os Estados Membros das Nações Unidas e suas instituições governamentais podem reproduzir esta obra sem autorização prévia. Somente se solicita que mencionem a fonte e informem à CEPAL essa reprodução.

# Resumo executivo

---

Em 2024 e 2025 o crescimento econômico do mundo mantém-se estável nos níveis de 2023, com um maior impulso por parte das economias emergentes

Em 2024, os principais bancos centrais do mundo expandiram a liquidez, pondo fim ao ciclo monetário restritivo

A região aumenta a emissão de dívida nos mercados internacionais, mas cresce a transferência líquida de recursos para o exterior

A dinâmica da atividade econômica continua sendo fraca e depende cada vez mais do consumo privado

Apesar de a criação de empregos continuar baixa, observam-se leves melhorias nos mercados de trabalho da região

O espaço fiscal na América Latina e no Caribe continua restrito

A inflação converge para dentro da faixa das metas, embora o ritmo de redução tenha diminuído

A diminuição da inflação e a redução das taxas nos Estados Unidos permitiram relaxar a postura de política monetária na região

Projeções e perspectivas para 2024 e 2025

Políticas para enfrentar a armadilha da baixa capacidade para crescer



Os países da região estão presos no que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) chamou de uma armadilha de baixa capacidade para crescer. O crescimento médio anual na década 2015-2024 foi de 1%, o que implica uma estagnação do PIB *per capita* durante esse período. Em 2024 e 2025, embora as projeções sejam mais altas do que a média da década, o crescimento econômico continuaria num nível baixo.

O cenário macroeconômico internacional que os países da região enfrentam mostra um crescimento global anual de cerca de 3,2% em 2024 e 2025. O comércio internacional de bens e serviços crescerá a taxas projetadas de 3,1% em 2024 e de 3,4% em 2025. Por sua vez, as taxas de juros dos principais bancos centrais do mundo tendem a baixar, o que estaria acompanhado de um aumento da liquidez no âmbito global e do fortalecimento do dólar. Deve-se destacar que esta maior liquidez se traduziu num aumento dos fluxos de capital, que, no entanto, se orientou para as economias desenvolvidas.

Em 2024, a região conseguiu emitir dívida nos mercados de títulos por valores superiores aos de 2023. Apesar da redução das taxas de juros nos mercados financeiros internacionais, o custo do financiamento se mantém elevado. O aumento do custo do financiamento significou um aumento do pagamento de juros das economias da região ao resto do mundo, que contribuiu de maneira significativa para explicar que em 2024 a região continuou realizando transferências líquidas de recursos para o exterior.

Em 2024 o espaço de políticas macroeconômicas internas continuou restrito. Na área fiscal, as economias da região enfrentam fortes pressões para resguardar a trajetória da dívida pública num contexto em que os pagamentos de juros alcançaram um nível histórico. No campo monetário, a queda da inflação e as reduções das taxas de juros nos mercados internacionais possibilitaram a redução da taxa referencial em toda a região. Não obstante, as desvalorizações das moedas da região condicionam a velocidade e a magnitude dos ajustes da taxa referencial.

A dinâmica da atividade econômica dos países da região continua moderada. Estima-se que em 2024 as economias da região cresceram 2,2%, enquanto em 2025 o crescimento regional seria de 2,4%. O baixo crescimento do PIB regional faz com que as economias da América Latina e do Caribe contribuam cada vez menos ao crescimento mundial e a expansão do emprego se mantenha baixa.

A fim de sair da armadilha de baixa capacidade para crescer em que a região está presa, são necessárias políticas que atuem de maneira complementar e coerente para mitigar as flutuações do ciclo econômico e dinamizar a tendência do crescimento no longo prazo. Isto significa que é preciso aumentar o espaço de políticas para impulsionar a mobilização de recursos financeiros que permitam suavizar o ciclo econômico e apoiem a transformação produtiva da região, a fim de alcançar um crescimento alto, inclusivo, sustentado e sustentável. Adicionalmente, contar com um maior espaço de políticas é fundamental para que a região possa enfrentar os desafios apresentados pela quarta revolução industrial e pela intensificação da mudança climática em matéria de mitigação e adaptação.

## Em 2024 e 2025 o crescimento econômico do mundo mantém-se estável nos níveis de 2023, com um maior impulso por parte das economias emergentes

Estima-se que a taxa de crescimento da economia mundial tenha sido de cerca de 3,2% em 2024 (em comparação com 3,3% em 2023) e continuará nesse nível em 2025. O crescimento dos Estados Unidos, que representa 25% do PIB mundial, seria de 2,8% em 2024 e 2,2% em 2025. Esta dinâmica é impulsionada pelo consumo, apoiado por um mercado de trabalho com baixo nível de desemprego e aumentos salariais. A evolução do consumo também se beneficiou do efeito de riqueza, refletindo a elevação dos preços das ações, que chegaram a máximos históricos no fim de 2024.

A zona do euro registrou um crescimento econômico de 0,8% em 2024 e para 2025 estima-se um crescimento de 1,2%, em consequência da queda da produção industrial, que não pôde ser compensada pelo escasso dinamismo do setor dos serviços. A Alemanha, principal economia da zona do euro (de cujo PIB representa 24%) e o mais importante produtor de manufaturas da região, registra estagnação econômica desde o fim de 2021. Esta situação é resultado em grande medida da queda tendencial da sua indústria, inclusive o setor automotivo, a indústria química e o setor de engenharia, desde 2017: entre 2017 e 2023 a contração da indústria foi de 2,4% e segundo o último dado disponível, de setembro de 2024, a produção industrial do país caiu 2,5%. O desempenho da França e da Itália, as duas economias de maior importância na zona do euro depois da Alemanha, que representam 17% e 12% do PIB desse agrupamento, respectivamente, também foi afetado pelo baixo dinamismo do investimento, em particular do componente de máquinas e equipamentos.

As economias emergentes apresentam aumento da taxa de crescimento do PIB e serão as principais contribuintes para a expansão da economia mundial. Estima-se que em 2024 tenham crescido 4,2%, mais do dobro do registrado nas economias avançadas, e deverão manter esse nível no curto e médio prazo. Consequentemente, essas economias assumirão um maior protagonismo no impulso ao crescimento mundial.

## Em 2024, os principais bancos centrais do mundo expandiram a liquidez, pondo fim ao ciclo monetário restritivo

Desde o segundo trimestre de 2024, os principais bancos centrais do mundo expandiram a liquidez, pondo fim ao ciclo de política monetária restritiva iniciado em 2022 para combater o aumento da taxa de inflação. Nesse período, a oferta monetária aumentou 0,9% nos Estados Unidos, 1,3% no Japão, 0,7% no Reino Unido e 1,7% na zona do euro. No terceiro trimestre, com exceção do Japão, intensificou-se a ampliação da liquidez, com taxas de crescimento de 2% nos Estados Unidos, 2,2% no Reino Unido e 2,8% na zona do euro. Em consonância com a evolução da oferta monetária dos principais bancos centrais do mundo, o crédito global concedido ao setor não financeiro mostrou tendência à alta e uma evidente recuperação nos primeiros dois trimestres de 2024 (com taxas de 2,5% e 2,4% no primeiro e segundo trimestre de 2024, respectivamente).

O comportamento da liquidez global é explicado, em parte, pela redução das taxas de juros. Em setembro de 2024 a Reserva Federal dos Estados Unidos optou por reduzir a taxa dos fundos federais pela primeira vez desde março de 2020, em 50 pontos básicos, levando-a de uma faixa de 5,25%-5,5% para uma de 4,75%-5%. Posteriormente, em novembro, voltou a reduzir a taxa dos fundos federais em 25 pontos básicos, ficando numa faixa de 4,5%-4,75%. O Banco Central Europeu (BCE) decidiu em três ocasiões (junho, setembro e outubro de 2024) diminuir em 25 pontos básicos a taxa de juros referencial, baixando-a de 4% para 3,25%. É a primeira vez em 13 anos que o BCE adota uma política monetária expansionista. Em novembro, o Banco da Inglaterra reduziu sua taxa de juros de 5% para 4,75%. Finalmente, o Banco do Japão não modificou sua taxa de juros e a manteve em cerca de 0,25%.

As quedas das taxas de juros respondem à diminuição da taxa de inflação e à expectativa de uma inflação em concordância com as metas estabelecidas (de 2% para os principais bancos do mundo), bem como ao objetivo de evitar o enfraquecimento do crescimento econômico e do mercado de trabalho. A taxa de variação do preço da energia no mundo, que tinha alcançado um máximo histórico de 168% em outubro de 2021, registrou reduções a partir de agosto de 2022. Entre janeiro de 2023 e setembro de 2024 o preço mundial da energia diminuiu sistematicamente (exceto em junho e julho de 2024). Em setembro de 2024, a taxa de variação do preço internacional da energia se situou em -16,7%.

Da mesma maneira, a inflação de alimentos caiu de um máximo de 10,9% em julho de 2022 nos Estados Unidos e de 17,9% em maio de 2023 na zona do euro para um mínimo de 2,3% e 1,4% em setembro de 2024, respectivamente. Além disso, diminuíram as pressões no mercado de trabalho.

Não obstante, uma análise do mercado de trabalho mostra que a partir de abril de 2023 o coeficiente entre o nível de desemprego (oferta de trabalho) e a oferta de postos de trabalho (demanda de trabalho), ambos expressados em números, mostra uma tendência à alta. A última pesquisa do mercado de trabalho, publicada nos Estados Unidos no mês de novembro, mostra que a taxa de desemprego (4,2%) apenas variou.

A diminuição das taxas de juros dos principais bancos centrais do mundo e a expectativa de que esta tendência se mantenha em 2025 tiveram um efeito positivo no desempenho dos mercados de valores. Estes fatores contribuíram para manter a tendência à alta nos preços das ações desde o abandono da política monetária restritiva em setembro de 2023. A valorização das ações tem um efeito direto na economia através de um aumento da riqueza das empresas e famílias. A redução da taxa referencial teve um efeito moderado na queda das taxas de juros dos títulos do Tesouro na zona do euro. Entre abril e setembro de 2024 o rendimento médio dos títulos do governo diminuiu de 3,08% para 2,83%.

O dinamismo da economia dos Estados Unidos, que permitiu evitar a queda numa fase recessiva e aumentar o crescimento, somado à elevação das taxas de juros de longo prazo e às crescentes tensões geopolíticas no Oriente Médio e à guerra na Ucrânia, empurrou para cima a cotação internacional do dólar.

Os aumentos da liquidez global resultaram em aumento dos fluxos financeiros no mundo. No entanto, a maior parte dos fluxos financeiros internacionais se concentra nos países desenvolvidos: 72% do total dos fluxos de investimento estrangeiro direto (IED) e de carteira em 2010 e 63% em 2022. Os fluxos financeiros dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento representaram 10% do total em 2010 e cresceram somente 3 pontos percentuais num período de 12 anos. Os fluxos financeiros das economias em desenvolvimento para as economias avançadas também apresentaram um crescimento de somente 3 pontos percentuais, ao passar de 8% das saídas totais em 2010 para 11% em 2022. Um fator adicional que beneficia os países desenvolvidos é que podem reduzir os custos de endividamento de seus passivos e, ao mesmo tempo, aumentar os rendimentos de seus ativos.

## A região aumenta a emissão de dívida nos mercados internacionais, mas cresce a transferência líquida de recursos para o exterior

O resultado global do balanço de pagamentos da região mostra uma ampliação do déficit em conta corrente em 2024, após um importante ajuste registrado em 2023, estimando-se que esse déficit tenha sido de 1,2% do PIB em 2024. Esta situação reflete a maior contribuição do aumento dos pagamentos de juros para o exterior, registrados nos débitos da conta de fatores, em conformidade com condições financeiras ainda restritivas no mundo. Nos primeiros seis meses de 2024, esses juros representaram cerca de 50% do total do déficit da conta de renda.

A dinâmica da conta de bens mostra sinais de recuperação e avanço para uma situação superavitária. Por outro lado, a conta de serviços continua sendo deficitária, embora o déficit tenha diminuído, o que reflete a baixa capacidade de financiamento das importações pelas exportações, apesar da atual recuperação do setor turístico na região e da redução dos custos de transporte e fretes. Com o resultado negativo da balança de serviços totalmente coberto pelo superávit da conta de bens, o comércio exterior da região seria uma fonte líquida de divisas, mas de alcance menor do que o observado em décadas anteriores, como reflexo da insuficiente dinâmica da demanda tanto externa

como interna. A isto soma-se uma contribuição estável da conta de transferências correntes, inclusive as remessas recebidas, como fonte de recursos externos. Entre as transações correntes, destaca-se recentemente o maior protagonismo do déficit da conta de renda, que se tornou estrutural na região. Nessa ocasião, embora os lucros reinvestidos representem uma proporção importante do déficit desta conta, não induzem em sentido estrito uma saída de divisas. Por outro lado, a maior carga de juros pagos ao exterior se converteu na principal causa de saída de divisas na atualidade.

A ampliação do déficit em conta corrente tem como contrapartida uma necessidade maior de financiamento externo. Sob esta perspectiva, as entradas de fluxos financeiros se mostram mais dinâmicas, tal como no caso das economias emergentes, enquanto o risco creditício da região tende, em geral, a diminuir. Os fluxos de IED que a região recebe (a maior fonte de financiamento externo) experimentam até agora uma forte expansão sustentada por alguns países, inclusive Brasil e México. Esses fluxos aumentaram 56% entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024, quando representaram 3,2% do PIB. Além disso, ocorreu uma leve recuperação das saídas de fluxos financeiros da região, depois que se reinvestiu a repatriação de capitais registrada na segunda metade de 2023, como resultado principalmente dos investimentos em carteira.

As maiores entradas líquidas de capital observadas em 2024, sustentadas pelo IED, foram acompanhadas por uma variação positiva das reservas internacionais. Essas reservas eram equivalentes a 0,7% do PIB regional no primeiro semestre de 2024. No entanto, não se prevê que o déficit em conta corrente (e as maiores necessidades de financiamento resultantes) possa ser compensado completamente pelas transferências líquidas de capital, em queda na região desde 2015. Consequentemente, na busca de outros canais de financiamento, alguns países recorreram aos mercados internacionais de dívida. Em 2024, a emissão de dívida nos mercados internacionais continuou crescendo, sustentada principalmente pela dívida soberana e pelas emissões de empresas privadas, num contexto em que os títulos temáticos assumem crescente relevância para a obtenção de financiamento adicional. Nos primeiros nove meses de 2024, a emissão de dívida nos mercados internacionais aumentou 35% em relação ao mesmo período do ano anterior e chegou a 98,9 bilhões de dólares.

## A dinâmica da atividade econômica continua sendo fraca e depende cada vez mais do consumo privado

Estima-se que no segundo semestre de 2024 o PIB da América Latina e do Caribe tenha crescido 2,2% em média. A diminuição do ritmo de crescimento da economia em comparação com anos anteriores é consequência do enfraquecimento da demanda interna e da redução da contribuição externa. Do lado da oferta, as diversas atividades econômicas, com exceção da indústria manufatureira, registram aumentos da produção, embora menores do que os observados em trimestres anteriores.

Em termos sub-regionais, tanto na América do Sul como no grupo formado pelo México e a América Central, observa-se desaceleração das taxas de expansão econômica desde o segundo semestre de 2022. Na América do Sul, a desaceleração se intensifica se não considerarmos o Brasil (que, por seu tamanho e seu melhor desempenho, eleva a taxa de crescimento do PIB sub-regional). Os ritmos de produção dos outros países da América do Sul apresentam resultados heterogêneos em comparação com os obtidos em 2023, pois na metade deles esse ritmo aumentou e na outra diminuiu, ao que se soma uma contração da atividade na Argentina. O crescimento econômico da América do Sul se acelerou no segundo semestre de 2024 e apresentou uma taxa média de 2,6% em relação ao mesmo semestre do ano anterior. O crescimento do grupo formado pelo México e a América Central se desacelerou na segunda metade de 2024 e alcançou uma taxa de cerca de 1,5% em comparação com o segundo semestre de 2023.

A desaceleração da atividade econômica é reflexo do enfraquecimento tanto do consumo como da formação bruta de capital fixo. Não obstante, o crescimento depende cada vez mais do consumo privado. No segundo trimestre de 2024, o consumo privado se expandiu a uma taxa anual semelhante

à observada em 2023. Esse comportamento do consumo privado é resultado da desaceleração que aconteceu em oito países da região e da aceleração nos outros países. A manutenção do consumo privado ocorreu num contexto de controle da inflação, menor perda do poder aquisitivo dos salários reais e deterioração dos níveis de confiança e como resultado do início do relaxamento da política monetária em alguns países. Do mesmo modo, no segundo trimestre de 2024 o consumo público manteve a dinâmica do mesmo período de 2023.

A formação bruta de capital fixo cresceu 1 ponto percentual menos no primeiro semestre de 2024 do que no mesmo período do ano anterior, o que aprofundou os sinais de estagnação e diminuição de seu peso em termos de porcentagem do PIB (alcançou 18,5% do PIB no primeiro semestre de 2024, em comparação com 19% do PIB no primeiro semestre de 2023). As exportações líquidas, como resultado da desaceleração mundial, não contribuíram para o crescimento do PIB. As exportações e as importações moderaram de maneira simétrica a sua contribuição para o crescimento do PIB; como resultado, as exportações líquidas deram uma contribuição negativa próxima de 1 ponto percentual desde o primeiro trimestre de 2023, enquanto em 2022 essa contribuição foi nula. No entanto, após quatro trimestres de contribuição negativa das exportações ao crescimento do PIB, no segundo trimestre de 2024 essa contribuição foi positiva.

A moderação do crescimento foi generalizada nos diversos ramos da atividade econômica, com exceção da indústria manufatureira, cuja atividade se desacelerou. Em todos os ramos da atividade econômica diminuiu o crescimento do valor agregado, salvo no setor dos serviços gerais, sociais e pessoais, cujo crescimento no primeiro semestre de 2024 mais que duplicou o crescimento anual da economia regional. Seguem-se a este setor, por seu dinamismo, os serviços de eletricidade, gás e água e, em menor medida, o setor de transporte e comunicações e os serviços financeiros e empresariais. Destaca-se o considerável aumento da atividade da agricultura no segundo trimestre de 2024, um fato pontual explicado pelo baixo nível de comparação no caso de quatro países, em que, após notórias diminuições em 2023, no segundo trimestre de 2024 ocorreram recuperações: Argentina (81,2%), Colômbia (10,2%), Peru (14,2%) e Uruguai (25,2%).

## Apesar de a criação de empregos continuar baixa, observam-se leves melhorias nos mercados de trabalho da região

Em conformidade com o baixo crescimento do PIB, o emprego na região também registrou crescimento limitado. Em 2024, a criação de empregos na região apresentou um crescimento de 1,7%, o menor registrado no período posterior à pandemia de COVID-19.

Quanto aos setores, estima-se que em 2024 aumentou o número de ocupados nos setores industrial e de serviços, com taxas de 2,7% e 2%, respectivamente, enquanto o emprego no setor agrícola diminuiu 1,3%. Dentro do setor industrial, a atividade com maior dinamismo em termos de emprego foi a geração de serviços básicos (eletricidade, gás e água), que apresentou crescimento de 5,4% no primeiro semestre de 2024, taxa que supera em 1,2 ponto percentual a registrada no mesmo período de 2023. O emprego no setor da construção cresceu 1,4% no primeiro semestre de 2024, com um aumento de 1,3 ponto percentual em relação à taxa registrada no mesmo período de 2023, enquanto o emprego na indústria manufatureira registrou um crescimento de 1,1% no primeiro semestre de 2024, com um aumento de 0,1 ponto percentual em relação ao registrado no mesmo período de 2023.

O crescimento do emprego no setor dos serviços, que representa mais de 60% do emprego regional, mostrou uma desaceleração de 0,8 ponto percentual, ao passar de 2,8% em 2023 para 2% em 2024. Estas estimativas refletem a desaceleração observada no primeiro semestre de 2024 no crescimento do emprego em atividades como o comércio e os restaurantes e hotéis (cujas taxas de crescimento diminuíram 0,1 ponto percentual), os serviços financeiros e empresariais (1,3 ponto percentual) e os serviços comunitários, sociais e pessoais (1,2 ponto percentual).

Depois de alcançar níveis historicamente altos durante a pandemia de COVID-19, as taxas de desocupação média da região mostraram tendência à queda, mantendo-se em níveis inferiores a 7% desde 2022. Espera-se que em 2024 a taxa de desocupação tenha ficado em 6,1%, o que representa uma leve redução em relação aos 6,2% observados em 2023.

Quanto à ocupação informal, em 2024 a maioria dos países apresenta diminuição das taxas e se espera que a taxa média de emprego informal da região tenha sido de 46,7%, o que significaria uma diminuição de 0,4 ponto percentual em comparação com a taxa registrada em 2023. Apesar desta leve redução da informalidade, na região persistem desafios significativos no sentido de formalizar o emprego, o que sublinha a necessidade de implementar políticas efetivas que fomentem condições de trabalho mais seguras e estáveis.

Apesar das leves melhorias observadas na maioria dos indicadores do mercado de trabalho, os efeitos da crise provocada pela pandemia de COVID-19 e as medidas socioeconômicas implementadas para enfrentá-la continuam sendo evidentes, especialmente ao analisar a dinâmica da taxa de participação no mercado de trabalho. Essa variável mostrou tendência de recuperação nos últimos anos e se estima que em 2024 tenha alcançado seu maior valor após a pandemia: 62,8%. No entanto, é importante destacar que essa taxa continua sendo inferior à registrada em 2019, que foi de 63,3%.

Ao analisar a evolução do emprego por categorias de ocupação, no primeiro semestre de 2024 destaca-se o crescimento de 7,9% registrado pela categoria de empregadores e outros. A categoria dos assalariados apresenta um crescimento de 2,3% e o serviço doméstico de 2%, enquanto o número de trabalhadores por conta própria aumentou 1,7%. No entanto, o número de trabalhadores familiares não remunerados registrou contração de 5,9%, mantendo a tendência negativa que vem apresentando desde a pandemia. Por outro lado, é importante assinalar que, apesar da recuperação observada nos grupos de empregadores (e outros) e no serviço doméstico, no primeiro semestre de 2024 o número de pessoas ocupadas em ambos os grupos ainda estava abaixo dos níveis anteriores à pandemia. Isto indica que, embora se esteja avançando, ainda há um caminho a percorrer para alcançar uma recuperação completa do mercado de trabalho.

No primeiro semestre de 2024, a redução da inflação registrada na grande maioria das economias da América Latina e do Caribe, junto com ajustes em seus valores nominais, permitiu aumentos nos salários em toda a região. O salário mínimo, expressado em termos reais, aumentou em 15 economias, entre as quais se destacam aumentos superiores a 3% na Colômbia, México, Nicarágua e Trinidad e Tobago. No entanto, nesse mesmo período, o salário mínimo real diminuiu em cinco economias e apresentou quedas superiores a 10% na Argentina e no Haiti. No primeiro semestre de 2024, o salário médio, expressado em termos reais, também aumentou na maioria dos países sobre os quais se dispõe de informação (8 de 9 países) e registrou aumentos superiores a 4% no Brasil, Costa Rica, México e Uruguai. A Argentina é a única exceção, onde o salário médio real experimentou uma contração de 11% durante o mesmo período.

No primeiro semestre de 2024, as lacunas de gênero em termos de participação no mercado de trabalho e desocupação continuaram altas, embora tenham registrado uma leve queda. A taxa de participação das mulheres foi de 52,1%, o que representa um aumento de 0,3 ponto percentual em comparação com o mesmo período do ano anterior. Este valor é o mais alto alcançado por este indicador desde o primeiro semestre de 2021. A taxa de participação dos homens foi de 74,3%, e apresentou uma leve melhoria em relação à taxa do primeiro semestre de 2023, que foi de 74%. Isto implica que a lacuna de participação entre homens e mulheres é de 22,2 pontos percentuais. É importante destacar que a lacuna registrada no primeiro semestre de 2024 é a mais baixa no período pós-pandemia e a segunda mais baixa desde 2018. Quanto às taxas de desocupação, observou-se tendência à queda tanto no caso das mulheres como dos homens, de modo que essas taxas alcançaram os níveis mais baixos registrados no primeiro semestre desde 2018. Desde esse ano, as diferenças entre as taxas de desocupação de mulheres e homens também diminuíram; no primeiro semestre tanto de 2023 como de 2024 a taxa de desocupação das mulheres foi 2,3 pontos

percentuais maior do que a dos homens, o que representa o valor mais baixo registrado nos primeiros semestres desde 2018, períodos nos quais as diferenças entre as taxas oscilaram entre 2,7 e 4 pontos percentuais.

## O espaço fiscal na América Latina e no Caribe continua restrito

As projeções oficiais atualizadas indicam que as receitas totais dos governos centrais da América Latina se mantiveram estáveis em 2024, num nível semelhante ao do ano anterior. Espera-se um leve aumento das receitas tributárias, propiciado principalmente pela arrecadação dos impostos sobre o consumo de bens e serviços. As receitas provenientes de outras fontes diminuíram, devido em parte a menores receitas derivadas de recursos naturais não renováveis.

As projeções oficiais para o Caribe indicam que as receitas totais dos governos centrais aumentaram, impulsionadas pelo aumento das doações externas para financiar projetos de investimento público. Ao mesmo tempo, prevê-se que a arrecadação tributária tenha se mantido estável em relação ao nível observado no ano anterior. Não obstante, o considerável impacto do furacão Beryl, que afetou vários países em julho de 2024, provavelmente gerou uma queda das receitas totais.

Quanto ao gasto público, segundo as projeções oficiais atualizadas, prevê-se um leve aumento no caso dos governos centrais da América Latina. Isso é devido principalmente ao aumento dos pagamentos de juros, em conformidade com o aumento da dívida pública durante a última década, bem como às maiores taxas de juros tanto no âmbito nacional como internacional. Projeta-se que os pagamentos de juros tenham alcançado uma média de 3% do PIB, frente aos 2,7% registrados em 2023.

No Caribe, as projeções oficiais indicam que o gasto público aumentou. Esperam-se aumentos em todos os componentes do gasto total, entre os quais se sobressai o aumento dos gastos de capital. Neste contexto, é importante sublinhar o impacto do furacão Beryl, que gerou danos econômicos equivalentes a 16,5% do PIB em Granada e 22% do PIB em São Vicente e Granadinas. Como resultado, elevaram-se as previsões de despesas, com maiores gastos em ajuda social e reconstrução.

Num contexto de estagnação das receitas públicas e aumento do gasto público, prevê-se que o déficit do balanço geral dos governos centrais tenha aumentado ligeiramente na América Latina em 2024. As projeções oficiais atualizadas indicam um déficit geral médio de 3,3% do PIB, frente a um déficit de 3,2% do PIB em 2023. Não obstante, o resultado primário, que exclui os pagamentos de juros, deve ter melhorado levemente em consequência de uma contração do gasto corrente primário.

No Caribe prevê-se que o resultado global tenha sido mais deficitário em 2024. Espera-se que o resultado primário se mantenha superavitário, numa média de 0,4% do PIB, nível menor do que o registrado no ano anterior, quando ficou em 1,4% do PIB. Esta tendência responde, em grande medida, ao aumento projetado do gasto total, impulsionado pelos esforços para fazer frente aos danos econômicos e sociais provocados pelo furacão Beryl.

É importante assinalar que essas projeções, tanto para a América Latina como para o Caribe, estão condicionadas por hipóteses sobre o comportamento de diferentes variáveis macroeconômicas até o final do ano. Nesse sentido destaca-se o efeito das tendências do consumo privado e das importações na arrecadação de impostos. Ao mesmo tempo, poderiam ocorrer ajustes no gasto público, particularmente nos gastos de capital, caso surja uma discrepância entre os balanços fiscais acumulados e as metas fiscais estabelecidas previamente.

A dívida pública bruta dos governos centrais na América Latina alcançou uma média de 52,6% do PIB em setembro de 2024, frente a 55% do PIB em dezembro de 2023. Por outro lado, no Caribe esse coeficiente ficou em 66,4% do PIB em junho de 2024, o que contrasta com 70,6% do PIB em dezembro de 2023. Os níveis de dívida pública em relação ao PIB, embora tenham diminuído na região, continuam elevados, o que constitui uma fonte de vulnerabilidade, dadas as condições do contexto macrofinanceiro atual.

## A inflação converge para dentro da faixa das metas, embora o ritmo de redução tenha diminuído

Após alcançar um máximo em 2022, a inflação nas economias da América Latina e do Caribe mostrou tendência à queda. A média da inflação regional diminuiu de 2% em 2022 para 3,7% em dezembro de 2023. Estima-se que em 2024 a inflação tenha continuado a diminuir até alcançar 3,4%, o que representaria uma queda de 0,3 ponto percentual em relação a 2023. Embora a média da inflação regional tenha se aproximado do valor central da meta de muitos bancos centrais (3%), o nível projetado para 2024 continua sendo superior aos valores registrados antes da pandemia.

A queda da inflação regional foi impulsionada por vários fatores, entre os quais se destacam especialmente a diminuição dos preços internacionais dos alimentos e da energia e as políticas monetárias restritivas implementadas na região para alcançar os níveis de inflação fixados como meta. Tanto a inflação dos alimentos como a inflação subjacente apresentaram diminuições em 2024 e no período janeiro-setembro as reduções registradas eram de 1,5 e 0,4 ponto percentual, respectivamente, em comparação com o mesmo período de 2023, já que a inflação de alimentos passou de 5,9% para 4,4% e a inflação subjacente de 3,9% para 3,5%. Embora ambos os indicadores tenham se aproximado da meta de 3% comumente estabelecida pelos bancos centrais da região, os níveis atuais continuam sendo superiores aos observados entre 2018 e 2020.

No caso dos serviços, as restrições na oferta e a normalização dos preços em setores como o transporte público, a eletricidade e o gás impulsionaram uma recuperação deste componente da inflação. Durante 2022 e parte de 2023, os preços desses serviços estiveram parcialmente controlados para mitigar os efeitos dos aumentos da inflação geral. No entanto, em 2024 vários países da região elevaram os preços desses serviços. Esta dinâmica também se observou no âmbito mundial e o componente dos serviços é um dos fatores que explicam a maior resistência da inflação global à queda, em comparação com o previsto em meados do ano passado. Na região, desde o fim de 2023 a inflação dos serviços aumentou 0,6 ponto percentual, passando de 2,4% em 2023 para 3% em 2024.

## A diminuição da inflação e a redução das taxas nos Estados Unidos permitiram relaxar a postura de política monetária na região

A contínua tendência à queda da inflação registrada nos países da América Latina e do Caribe, junto com o relaxamento da postura de política monetária nos Estados Unidos, permitiu que todos os países da região com regimes de metas de inflação começassem a reduzir suas taxas de juros ao longo de 2024.

A redução das taxas foi heterogênea e cautelosa, como reflexo das diversas posições cíclicas em que se encontram os países da região e de considerações sobre o impacto de desvalorizações cambiais nas expectativas de inflação. Destaca-se o caso do Brasil, que, depois de reduzir a taxa referencial de 13,75% em meados de 2023 para 10,5% em maio de 2024, começou a elevá-la novamente a partir de setembro de 2024 ante o aumento de pressões inflacionárias associadas parcialmente ao impulso fiscal.

Apesar do relaxamento da postura de política monetária, esta mantém um viés restritivo, já que as taxas referenciais em termos reais continuam acima das taxas naturais de juros informadas pelos respectivos bancos centrais.

Num contexto de redução da taxa referencial, o crédito interno líquido mostra uma evolução positiva impulsionada pelo crédito concedido ao setor privado. Num contexto de sólida capitalização do sistema bancário na região, em 2024 a redução das taxas de juros incidiu na melhoria da qualidade

dos ativos que, no entanto, foi acompanhada por uma rentabilidade ligeiramente menor. Diante da redução dos diferenciais de taxas em relação aos Estados Unidos, desde meados de 2023 mantém-se a tendência à desvalorização da taxa de câmbio nominal, à qual se somou uma crescente volatilidade cambial.

As pesquisas de expectativas indicam que em vários países, inclusive Brasil, Colômbia, México e Peru, a inflação se manterá acima das metas de inflação num horizonte de 24 meses. Isso permite prever que a evolução futura do ciclo de ajustes para baixo da política monetária continuará sendo cautelosa e estará condicionada pelo risco de desvalorizações cambiais.

Com exceção do Brasil, onde se projeta que o ciclo de ajustes de aumento da taxa referencial se estenderá ao longo de 2025, nos outros países prevê-se uma continuação do ciclo de redução das taxas, as quais, no entanto, se manterão acima das taxas referenciais observadas antes da pandemia.

Nesse contexto de taxas relativamente elevadas por um período prolongado, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) reitera o apelo a fazer uso integral do conjunto de ferramentas disponíveis de política monetária, cambial e prudencial para alcançar os objetivos de estabilidade de preços, atenuando o efeito na atividade econômica e no bem-estar.

## Projeções e perspectivas para 2024 e 2025

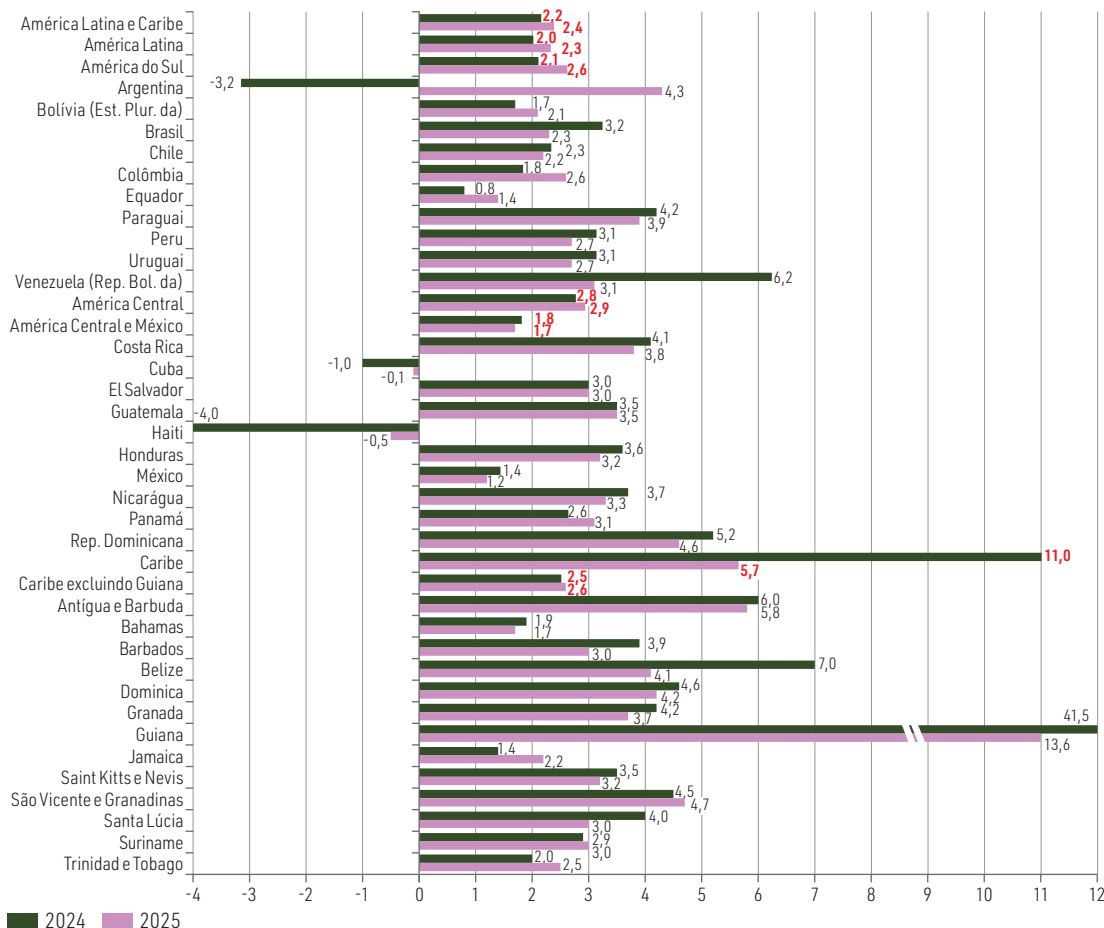
Em 2024, projeta-se que o crescimento econômico da América Latina e do Caribe tenha se mantido baixo e alcance uma taxa de 2,2%, frente aos 2,3% registrados em 2023 (veja o gráfico 1). Estima-se que a expansão do PIB regional em 2025 será de 2,4%, o que significaria manter uma trajetória de baixo crescimento. Em comparação com 2024, o desempenho da região previsto para 2025 incorporaria uma recuperação da atividade econômica de 2,6% na América do Sul e uma dinâmica semelhante à de 2024 na América Central, com um crescimento de 2,9%, que diminuiria ao adicionar o México a esse grupo de países (alcançando nesse caso 1,7%), enquanto no Caribe (excluindo a Guiana) o crescimento apresentaria uma taxa de 2,6%, em consonância com a dinâmica de 2024. Este fraco crescimento implicaria que, no médio prazo, a contribuição das economias da América Latina e do Caribe para o crescimento mundial, expressada em pontos percentuais, diminuiria para quase a metade.

O cenário internacional será marcado por um crescimento da economia mundial que em 2025 se manteria estável em relação a 2024, com uma taxa de 3,2%, principalmente impulsionado pela expansão das economias emergentes da Ásia (5%), que contrastaria com a moderação apresentada pelo crescimento nas economias avançadas, inclusive os Estados Unidos, em desaceleração em relação a 2024. Espera-se que o comércio internacional de bens e serviços se recupere e cresça a uma taxa de 3,4% (em comparação com 3,1% em 2024), superando o crescimento da atividade mundial. No entanto, prevê-se que estas perspectivas mais favoráveis do contexto internacional não beneficiem a região, devido em parte à desaceleração econômica dos Estados Unidos, China e alguns países da região, entre eles o Brasil, como principais parceiros comerciais. Neste sentido, a demanda externa deve continuar perdendo impulso como sustentador da atividade econômica dos países da região.

Espera-se que as condições financeiras no âmbito internacional se tornem mais propícias devido à tendência observada, em particular no segundo semestre de 2024, como resultado da continuidade da flexibilização da política monetária, sobretudo nos Estados Unidos e outras economias avançadas, acrescida de uma moderação da inflação global. Não obstante, cabe ressaltar que persistem riscos, como se observa ao considerar que o nível dos preços no mundo e as taxas de juros continuam mostrando valores mais altos do que os vigentes no período anterior à pandemia. Enquanto também subsistirem os riscos vinculados ao fortalecimento do dólar, a região poderá continuar enfrentando custos de financiamento elevados.

Gráfico 1

América Latina e Caribe: projeções de crescimento do PIB, 2024 e 2025  
(Em porcentagens)



**Fonte:** Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em cifras oficiais e projeções feitas pela CEPAL expressadas em moeda nacional e a preços constantes.

**Nota:** A América Central inclui Cuba, Haiti e República Dominicana.

No âmbito interno, em 2025 devem persistir as condições para que o consumo privado se mantenha como o principal motor do crescimento na região, em concordância com o observado em 2024, embora com uma expansão mais moderada. Prevê-se que o emprego continue crescendo ligeiramente, acrescido de uma taxa de participação no mercado de trabalho ainda fraca em relação à registrada antes da pandemia e desigualdades de gênero nos mercados de trabalho persistentes. Além disso, espera-se que os salários reais experimentem uma leve recuperação, em concordância com o observado em 2024. Continuará a reativação da demanda de crédito por parte dos domicílios, favorecida por condições creditícias mais favoráveis. Em contraste, as perspectivas para 2025 continuam sendo desalentadoras em matéria de investimento, num contexto de redução do gasto público. Espera-se que a formação bruta de capital fixo continue a sofrer contração, o que coloca em dúvida seu papel para sustentar o crescimento das economias da região no médio e longo prazo. Por último, as exportações e as importações de bens e serviços devem se recuperar em 2025 em comparação com 2024, respondendo ao aumento esperado do comércio mundial e à reativação das importações possibilitada pelo processo de flexibilização das condições financeiras, embora com uma menor contribuição para o crescimento regional. A diminuição da inflação deve continuar em 2025, a um ritmo mais lento do que o observado em 2024.

De acordo com as perspectivas sobre o contexto externo e as condições financeiras internacionais, prevê-se aumento do déficit em conta corrente na região, projetado em cerca de 1,7% do PIB em 2025. O superávit da balança comercial registraria leve queda em relação a 2024, devido, entre outros fatores, a um maior dinamismo das importações, em consonância com políticas monetárias menos restritivas. Ao analisar o saldo em conta corrente por componentes, prevê-se que os fluxos de remessas recebidas pelos países da região se manteriam como a principal fonte líquida de divisas. Em contraste, o déficit na conta de renda aumentaria, num contexto de condições financeiras ainda complexas para os países da região. Se a tendência das entradas de capital se mantiver semelhante à observada em 2024, os países poderão recorrer a mais recursos externos através de canais de emissão de dívida e refinanciamento de empréstimos de longo prazo a custos mais altos.

Dada a conjuntura econômica projetada para o fim de 2024 e 2025, o espaço de política macroeconômica continuaria limitado, num contexto de baixa contribuição da demanda externa, preços ainda elevados das matérias-primas e difíceis condições de financiamento, entre outros fatores, o que tende a alterar o equilíbrio macroeconômico interno e externo. Será difícil obter uma melhoria no espaço fiscal no curto prazo, já que não se preveem aumentos na receita e o aumento nos pagamentos de juros exercerá pressão sobre o gasto público. Desta maneira, podem aumentar os riscos para a sustentabilidade fiscal, vinculados ao fraco crescimento do PIB, altos custos de financiamento e flutuações cambiais. A isto se soma, no âmbito monetário, uma pausa no processo de flexibilização da política monetária devido a um ritmo de desinflação mais lento do que o observado em 2024, bem como a riscos de desvalorização das moedas locais e efeitos da conduta da política monetária por parte da Reserva Federal, um contexto em que ganha relevância a incidência do fortalecimento do dólar e das taxas de juros de longo prazo no âmbito global.

Em suma, prevê-se que a demanda externa perderá impulso como sustentadora da dinâmica de crescimento regional. Apesar de menores pressões na oferta e nas cadeias de abastecimento mundial e preços internacionais dos produtos básicos em queda, entre outros fatores, persistem riscos latentes, entre os quais se sobressaem o agravamento das tensões geopolíticas e comerciais, que poderia afetar a cotação internacional das matérias-primas, bem como fricções renovadas nas rotas e na logística de transporte. A isto se poderia somar o retorno a um protecionismo elevado, que teria como efeito maiores pressões inflacionárias. Portanto, embora a inflação mundial deva permanecer numa trajetória descendente, o ritmo e a magnitude das reduções das taxas de juros poderiam constituir uma fonte de risco ao considerar o grau de exposição dos países da região à postura da política monetária nas economias avançadas, em particular nos Estados Unidos.

## Políticas para enfrentar a armadilha da baixa capacidade para crescer

Para enfrentar a armadilha da baixa capacidade para crescer são necessárias, por um lado, uma grande mobilização de recursos financeiros e, por outro, a implementação de políticas produtivas que dinamizem o investimento e a produtividade.

A mobilização de recursos internos requer o fortalecimento das finanças públicas. Isso implica concentrar esforços em aumentar a arrecadação tributária e incrementar sua progressividade mediante o uso de impostos sobre a renda, a propriedade e a riqueza. Também é necessário reduzir os níveis de evasão tributária e realizar avaliações de custo-benefício dos gastos fiscais vigentes. O fortalecimento das capacidades institucionais é central para potencializar a mobilização e fazer um uso mais eficiente dos recursos. Para isso, a região deve contar com instituições macroeconômicas que disponham de capacidades técnicas, operacionais, políticas e prospectivas (TOPP). Isto inclui, entre outras coisas, o desenvolvimento de marcos integrais de políticas públicas, a melhoria dos

sistemas de informação e gestão orçamentária, o fortalecimento dos mecanismos de coordenação entre políticas macroeconômicas e a identificação de riscos mediante análises prospectivas para orientar decisões estratégicas com uma perspectiva de médio prazo.

A reforma da arquitetura financeira internacional também vai desempenhar um papel central para potencializar a capacidade de mobilização de recursos na região. Isso requer uma maior coordenação regional para incidir em reformas globais que facilitem o acesso a recursos para o desenvolvimento. Entre essas reformas destacam-se a modernização da governança econômica mundial, a criação de mecanismos para a prevenção e resolução de crises relacionadas com o pagamento e o financiamento da dívida soberana, o aumento da capacidade de empréstimo do sistema bancário multilateral, o estímulo da redistribuição dos direitos especiais de saque (DES) e reformas em matéria de tributação internacional.

No âmbito das políticas de desenvolvimento produtivo, a CEPAL enfatizou a necessidade de implementar políticas “de nova geração” para impulsionar uma transformação produtiva, condição necessária para sair da armadilha da baixa capacidade para crescer<sup>1</sup>. Assim, enfatizou-se a necessidade de identificar áreas com alto potencial para dinamizar o crescimento, priorizando a sustentabilidade ambiental, o impulso à ciência, tecnologia e inovação, a digitalização, o financiamento empresarial e a atração de investimentos. Do mesmo modo, enfatizou-se a necessidade de aproveitar as cadeias de valor mundiais para diversificar as economias.

Para impulsionar essas novas políticas de desenvolvimento produtivo é preciso articular e combinar múltiplas frentes de ação. Entre as áreas prioritárias destacam-se: ciência, tecnologia e inovação; extensão tecnológica; transformação digital; fomento ao empreendedorismo; redução de lacunas de talento humano; financiamento ao longo do ciclo de vida empresarial; atração de investimento, inclusive IED; desenvolvimento de infraestrutura específica e outros bens públicos; adequação de marcos legais e regulatórios; e internacionalização.

A CEPAL identificou 14 setores estratégicos agrupados em três categorias: indústria, serviços e setores essenciais para a sustentabilidade. Estes setores são prioritários para os países da América Latina e do Caribe, já que possuem um alto potencial dinamizador do crescimento e da produtividade. Além disso, apresentam oportunidades transversais relacionadas com a realocação da produção e das cadeias de valor no mundo, uma tendência que influi em vários dos setores mencionados. Cada país e território deve definir sua própria agenda setorial, adaptando-a às suas condições específicas, mas sempre com uma visão clara de suas prioridades para impulsionar uma grande transformação produtiva orientada a uma maior inclusão e sustentabilidade ambiental.

A implementação das políticas de desenvolvimento produtivo requer uma institucionalidade robusta, capaz de formular, gerir, monitorar e avaliar iniciativas em diversas áreas. As capacidades técnicas incluem a habilidade para formular e implementar estratégias de desenvolvimento produtivo integradas com outras dimensões do desenvolvimento, no âmbito de um planejamento coerente. As capacidades operacionais permitiriam estabelecer mecanismos de articulação e coordenação efetivos. As capacidades políticas são essenciais para construir relações e coalizões que permitam superar os obstáculos políticos que limitam a produtividade. As capacidades prospectivas, mediante a análise de tendências tecnológicas e de mercado, facilitariam a geração de cenários futuros, reforçando a habilidade para traçar rotas estratégicas, ajustando o rumo diante de mudanças disruptivas<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Veja Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), *A América Latina e o Caribe diante das armadilhas do desenvolvimento: transformações indispensáveis e como administrá-las* (LC/SES.40/4), Santiago, 2024.

<sup>2</sup> *Ibid.*



Figura indígena que, entre outras representações, os povos do continente americano colocam em seu artesanato, atividade vital de sua cultura e economia.

Baixo-relevo no caracol do edifício da sede da CEPAL em Santiago.

[www.cepal.org/pt-br](http://www.cepal.org/pt-br)

A região da América Latina e Caribe está presa no que a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) chamou de uma armadilha de baixa capacidade para crescer. Em 2024 e 2025, as taxas de crescimento seriam de 2,2% e 2,4%, respectivamente. Embora sejam mais altas do que a média da década 2015-2024 (1,0%), não permitirão fechar as lacunas das economias da região em relação às economias desenvolvidas.

Em 2024 e 2025, os países da região enfrentam um contexto internacional caracterizado por elevada incerteza financeira e comercial e desaceleração do crescimento dos principais parceiros comerciais da região. Por sua vez, o espaço para as políticas macroeconômicas internas continua restrito. Na área fiscal, os esforços se concentram em evitar um aumento significativo da dívida pública. No campo monetário, as desvalorizações das moedas da região condicionam a velocidade e magnitude da redução das taxas de juros.

Para enfrentar a armadilha de baixa capacidade para crescer são necessários uma grande mobilização de recursos financeiros e um grande esforço para coordenar políticas macroeconômicas, atenuar as flutuações do ciclo econômico e implementar políticas de desenvolvimento produtivo que dinamizem o investimento e a produtividade das economias da região.



Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL)  
Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)  
[www.cepal.org/pt-br](http://www.cepal.org/pt-br)



LC/PUB.2024/28